

**As Disposições  
Pedagógicas da Política  
Pública de Educação  
Profissional em Cursos  
de Formação Inicial e  
Continuada: Um Estudo de  
caso sobre o Projeto Primeiro  
Passo – Jovem Aprendiz**

*Autores:*

**Leonardo Araújo Lima**  
- Mestre em  
Planejamento em  
Políticas Públicas

**Francisco Horacio da  
Silva Frota** – Doutor  
em Sociologia –  
Universidad Salamanca

## Resumo

Neste artigo assumimos como objetivo a investigação sobre as disposições pedagógicas presentes na regulamentação e na execução da política pública de educação profissional brasileira, mais especificamente em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Identificamos duas perspectivas pedagógicas fundamentais (uma funcionalista-instrumental e outra humanista-política) acerca a educação voltada para o trabalho. Tais perspectivas, embora baseadas nos mesmos preceitos de liberdade individual e valorização da razão crítica, indicam diferentes compreensões acerca trabalho e sujeito. Para a análise empírica da questão proposta escolhemos por desenvolver um estudo de caso no Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz. Este projeto representa uma abrangente ação de educação profissional (28 municípios cearenses) executada pelo Governo do Estado do Ceará, mas que respeita diretrizes regulamentares em nível federal, a Lei da Aprendizagem (2000). O objetivo da pesquisa é de verificar como se efetivam neste projeto as diferentes perspectivas pedagógicas identificadas no estudo teórico. Utilizamos como fontes de evidências documentos oficiais, registros de arquivos e três entrevistas semi estruturadas com gestores desta política pública. Nestas investigações verificamos a coexistência e a complementariedade de ambas perspectivas pedagógicas na regulamentação e execução do projeto pesquisado.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Educação. Trabalho.

## **Abstract**

## 1 Estudo de Caso Sobre o Projeto Primeiro Jovem Aprendiz

Abordaremos sobre a questão das perspectivas educacionais presentes nas políticas públicas de educação profissional através de pesquisa empírica, tomando como estratégia de pesquisa um estudo de caso. O estudo de caso proposto toma a questão abordada até o momento como base teórica e contextual para a análise empírica empreendida. Nossa estratégia de pesquisa debruça-se sobre a execução de um projeto que envolve cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, o Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz. Este projeto faz parte do Programa 534 do Plano Plurianual 2012 – 2015 do Governo do Estado do Ceará (Lei nº15.109, de 02 de janeiro de 2012) e é executado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS/CE).

Escolhemos pelo Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz devido ao fato de que consiste numa ação com mais de sete anos em execução, possui abrangência territorial em todas as oito macrorregiões administrativas do Ceará (prioritariamente nos municípios com maior potencial de desenvolvimento econômico), além disso, apesar de ser executado por órgão do governo estadual, é regulamentado por diretrizes da Aprendizagem Profissional (Lei Federal Nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 – estudada no item 3.1.3 do capítulo III). Acreditamos que este enfoque nos traz validade para as análises empíricas acerca o formato das políticas públicas de educação profissional no Ceará, especificamente dentre os cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores. Os dados coletados (elementos e características identificadas neste projeto em específico) traduzem um modelo ampliado em relação ao financiamento público nesta modalidade de educação profissional dentro do Ceará.

Para compreensão acerca as perspectivas pedagógicas iminentes à execução física do projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz nossa abordagem empírica utiliza como fontes de evidências: documentos, registros de arquivo e entrevistas. O Quadro II demonstra sobre as evidências e processo de coleta dos dados.

Quadro 1 – Fontes de evidências e processo de coletas para estudo de caso

Tipos de Evidências	Fontes de Evidências	Processo de Coleta dos dados
<b>Documentos</b>	<p>*Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Aprendizagem)</p> <p>*Lei 11.180, de 23 de setembro de 2005;</p> <p>*Lei 11.692, de 10 de junho de 2008;</p> <p>*Decreto nº 5.598, de 01 de dezembro de 2005;</p> <p>*Portaria nº 723, de 23 de abril de 2012;</p> <p>*Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional – CNAP;</p> <p>*Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem Profissional – CONAP;</p> <p>*Lei Complementar Nº 37, de 26 de novembro de 2003 (instituiu Fundo Estadual de Combate a Pobreza);</p> <p>*Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD 2012);</p> <p>*Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) em 2010/2011;</p> <p>*Pesquisa Avaliação Externa e Acompanhamento de Egressos do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz (pesquisa realizada em 2013 pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura)</p>	Leitura e filtragem de informações acerca as categorias de análises escolhidas
	*PPA 2011 – 2015 do Governo do Estado;	Leitura e filtragem

<b>Registros de arquivos</b>	<p>*Planejamento Estratégico da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social em 2013</p> <p>*Edital da Chamada Pública STDS nº01/2012 (Edital de Credenciamento e Seleção Pública para a Contratação de Instituições Executoras de QSP Financiadas pela STDS)</p> <p>*Projeto Político Pedagógico do Centro Comunitário Santa Maria (CCSM)</p> <p>*Exemplares dos livretos utilizados como material didático nos 22 módulos teóricos do curso de Assistente Administrativo</p>	de informações acerca das categorias de análises escolhidas
<b>Entrevistas</b>	<p>Entrevistas com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lafayette Almeida de Oliveira Orientador da Célula de Educação Social e Profissional (CESP) da STDS;</li> <li>- Eudásio Nobre; Coordenador Administrativo do Centro Comunitário Santa Maria (CCSM), umas das instituições executoras contratadas;</li> <li>- Wânia Azevedo Coordenadora Pedagógica do CCSM</li> </ul>	As entrevistas seguiram o modelo semi estruturado e se efetivaram com representantes da gestão burocrática e pedagógica do projeto analisado em diferentes níveis de hierarquia.

*Fonte: Elaboração própria do autor*

Dentre estas três fontes de evidências a primeira e a segunda se efetivaram pelo levantamento de documentos oficiais (devidamente publicados em diário oficial ou adquiridos através de solicitação formal aos gestores institucionais do projeto), leitura (para identificação nestes documentos de conteúdos que se aproximam das categorias de análise escolhidas), e descrição das informações relevantes para este estudo. É importante observar que não podemos apresentar na

bibliografia desta dissertação as fontes de pesquisa referentes especificamente aos registros de arquivos. Isso porque são documentos de elaboração e divulgação interna da STDS (ou das instituições executoras), utilizada pelos gestores dos diferentes programas e não publicadas formalmente como texto científico. Com exceção do Edital da Chamada Pública STDS nº01/2012, nenhum dos outros registros podem ser encontrados na internet. São registros apresentados pelos gestores entrevistados.

A terceira fonte de evidências, as entrevistas, merece melhor explicação acerca a metodologia empregada. As entrevistas representaram um importante método para coleta de dados para que possamos absorver informações que permeiam o planejamento, operação e resultados esperados na realização do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz. Os informantes escolhidos se referem à necessidade de compreender sobre estes critérios na visão gerencial de diferentes representantes da hierarquia institucional envolvida na execução do projeto. Sendo assim, escolhemos primeiramente entrevistar o Sr. Lafayette Almeida de Oliveira, orientador de célula e gestor do projeto por parte da STDS. Está sob sua responsabilidade a Célula de Educação Social e Profissional (CESP), a qual é encarregada pela elaboração do Edital para Licitação das instituições contratadas para execução do projeto, termo onde se encontram as exigências regulamentares e de metas estabelecidas, Além disso a CESP é responsável pela avaliação da qualidade pedagógica executada pelas instituições contratadas.

Escolhemos também entrevistar dois gestores de uma das instituições executoras do projeto, o Centro Comunitário Santa Maria (CCSM). Conforme veremos mais adiante, para execução do projeto em análise foram contratadas (por meio de licitação) quatro instituições distintas, dentre elas escolhemos nos aproximar do CCSM por uma questão de viabilidade metodológica. O CCSM é uma das duas instituições que executam o projeto na cidade de Fortaleza, no entanto é a única que efetiva esta execução em estrutura física própria e com capacidade para realização de oito turmas concomitantes. Sendo assim a escolha pela aproximação com a equipe de gestão, professores e alunos do CCSM consistiu

numa alternativa interessante para coleta de dados neste estudo empírico. Nesta instituição foram entrevistados dois profissionais, dois em nível de coordenação (administrativa: Sr. Eudázio Nobre; e pedagógica: Sra. Wânia Azevedo).

As entrevistas ocorreram dentro do formato semi estruturado. Nelas, o entrevistador expôs inicialmente acerca a questão estudada (as perspectivas pedagógicas da política pública de educação profissional em nível de formação inicial e continuada) e sobre os argumentos teóricos que denotam a existência da dualidade de perspectivas (instrumental – funcionalista e humanista – política) na regulamentação e execução destas políticas públicas. Em seguida perguntou-se sobre as opiniões de como estes profissionais identificavam características de ambas perspectivas tomando como base o conjunto de categorias de análise escolhidas. Dessa forma, após as considerações iniciais, o entrevistado podia explanar à vontade sobre a presença das perspectivas pedagógicas estudadas na medida em que o entrevistador ia apresentado as categorias estudadas. As entrevistas foram gravadas em áudio e as principais argumentações foram registradas para citações.

Para a análise dos dados coletados através das fontes de evidências, e fundamentados nas contribuições teóricas apresentadas durante o Capítulo I acerca as influências liberais na educação voltada para o trabalho, bem como no histórico de formulação e regulamentações das políticas públicas de educação profissional no Brasil discutido nos capítulos II e III, escolhemos categorias de análise para a triagem das informações coletadas no decorrer das observações empíricas. Tais categorias de análise orientam nossa abordagem na pesquisa por informações relevantes à questão estudada, são elas:

Quadro 2 – Categorias de análise para estudo de caso

<b>Categoria de Análise</b>	<b>Justificativa</b>
Contexto político e institucional de	O cenário econômico, político e institucional do governo estadual nos informa sobre a base de

formulação do projeto	influências e apoio social acerca a formulação das diretrizes prioritárias voltadas para educação profissional;
Diretrizes regulamentares	A verificação sobre as determinações da regulamentação (em nível estadual e federal) voltada para execução do projeto nos informa sobre detalhes operacionais importantes dos procedimentos pedagógicos assumidos;
Público alvo, objetivos e metas pre-estabelecidas	O conhecimento sobre o perfil do publico alvo nos informa sobre a perspectiva inclusiva, ou não, de cada programa estudado. Além disso, esta categoria está associada à nossa possibilidade de compreender sobre a função no planejamento e o problema que o projeto de educação profissional estudado tenta solucionar;
Procedimentos operacionais de execução	A pesquisa sobre os procedimentos administrativos, burocráticos e metodológicos para efetivação do projeto nos informa sobre suas operações educacionais na medida em que podemos verificar sobre as etapas da execução, funções das equipes, carga horária e condições de participação dos alunos. As condições de participação enfrentadas pelos nos informa também sobre a tendência de ativação desta política pública;
Conteúdo pedagógico	A descrição do conteúdo pedagógico ensinado pelo projeto consiste numa base de dados fundamental para nosso estudo. Nestes desígnios podemos perceber claramente a forma como as perspectivas pedagógicas se encontram durante a execução física;
Procedimentos	Nesta categoria podemos observar as características da

pedagógicos de estímulo à formação humana e política	perspectiva humanista e política do projeto pesquisado;
Procedimentos pedagógicos de estímulo à empregabilidade	Nesta categoria poderemos observar as características da perspectiva funcionalista e instrumental do projeto pesquisado.

*Fonte: Elaboração própria do autor*

O procedimento metodológico da pesquisa empírica através do estudo de caso buscou se aproximar dos procedimentos administrativos, fundamentos presentes no planejamento e regulamentações, operações no atendimento ao público beneficiado, conteúdo pedagógico e práticas didáticas na realização da política pública de educação profissional através do Projeto Primeiro Passo. Acreditamos que a análise destas características é capaz de nos indicar acerca os pressupostos educacionais priorizados na formulação, execução e objetivos dos cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores efetivados pelo projeto pesquisado. Cada um dos itens a seguir representa uma categoria de análise estudada.

### **1.1 Diretrizes Regulamentares**

O Projeto Primeiro Passo é composto por três linhas de ação: *Estagiário*, *Bolsista* e *Aprendiz*. As diferenças das três linhas estão nas metodologias de atendimento ao beneficiado, nas tipologias dos cursos ofertados, nos municípios que são atendidos, na carga horária dos cursos e nos responsáveis pelo pagamento do auxílio financeiro ao aluno. O projeto como um todo é executado no território cearense sob diretrizes operacionais estipuladas pela STDS. As linhas *Bolsista* e *Estagiário* são completamente direcionadas pelos padrões técnicos advindos da experiência administrativa com qualificação social profissional por parte da CESP, “são frutos da adaptação das políticas de trabalho às demandas das prefeituras

municipais e mercado de trabalho” (Lafayette Almeida). No entanto a linha de ação *Aprendiz* (foco de nosso estudo empírico) é também, e principalmente, regulada por legislação federal. Neste sentido tanto a empresa contratante dos serviços de aprendiz como a instituição qualificadora devem respeitar os parâmetros legais. Relembramos que, segundo a Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (Artigo 428)

A Lei da Aprendizagem, como ficou conhecida, obteve muita penetração dentre as empresas pelo seu caráter de incentivo fiscal. De acordo com ditames desta Lei as instituições que possuem número igual ou superior a 100 trabalhadores em seu quadro de funcionários devem contratar um percentual entre 5% a 15% de pessoas sob o regime de aprendizes. As empresas que comprovam esta situação obtêm desconto na declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) na cifra de 30% a 50%, dependendo do percentual de aprendizes contratados. Este incentivo fiscal foi há muito tempo proposto pela Consolidação dos Direitos Trabalhistas (CLT), gestão Getúlio Vargas em 1943, mas apenas no ano de 2000 é que se efetiva maior abrangência desta Lei (pois empresas de médio e grande porte de qualquer ramo passam a ter a obrigatoriedade por contratação de aprendizes). A partir do ano de 2000 é que também existe mais divulgação e controle por parte das unidades da Superintendência Regional do Trabalho (SRT). Apesar de já contabilizados treze anos de vigência esta Lei tem apresentado pouco impacto, pois as empresas geralmente são resistentes a contratar pessoas jovens e sem experiência profissional, por isso que quase a totalidade de aprendizes do Projeto

Primeiro Passo estão trabalhando em empresas de grande porte. Além disso, alguns jovens também resistem aos desígnios da legislação, a qual determina que o aprendiz, além de trabalhar durante um turno inteiro na empresa contratante, deve estar matriculado (ou ter concluído) no Ensino Médio regular, e ainda frequentar um curso de educação profissional compatível com os serviços desenvolvidos na empresa. Para cumprir este modelo o aprendiz precisa ocupar os três turnos do seu dia com as atividades de aprendizagem, o que para uma pessoa jovem pode ser algo exorbitante. Esta organização na carga horária só foi revista recentemente pelo MTE através da Portaria nº 723, de 23 de abril de 2012, como veremos a seguir.

O papel do Projeto Primeiro Passo na efetivação da Lei do Aprendiz está na viabilização das condições de possibilidade para o cumprimento das diretrizes legais. Sendo assim a coordenação do projeto divulga a proposta dentre empresas interessadas em participar dos incentivos da Lei, estipula os arcos ocupacionais que serão úteis para as atividades dos aprendizes na empresa, determina os locais (município, bairro e estrutura física) em que serão realizadas as horas aulas teóricas, seleciona e financia as instituições executoras de profissionalização, elabora o material didático a ser utilizados pelos aprendizes, e ainda monitora a execução das turmas bem como os serviços dos jovens dentro do espaço de trabalho. Para tanto existe um equipe técnica exclusiva que se responsabiliza por tais atividades.

O monitoramento das instituições executoras conveniadas à STDS para execução do projeto é realizado pela Célula de Acompanhamento das Ações de Qualificação Social e Profissional, órgão vinculado à Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda e com poder de fiscalização sobre a capacidade operacional das instituições executoras. Este monitoramento leva em consideração a execução física do projeto, ou seja, o cumprimento das normas estabelecidas pela Lei da Aprendizagem, infraestrutura das salas de aulas, material didático oferecido, além da qualidade pedagógica das ações. A equipe de monitoramento utiliza de questionários de avaliação aplicados junto aos alunos beneficiados, visitas de monitoramento *in locu* e reuniões estratégicas com a coordenação das instituições

executoras. O acompanhamento da execução financeira do projeto é realizado por outro órgão da STDS, responsável pela análise das prestações de contas necessária e anterior ao repasse de recursos para instituição conveniada.

Mais uma vez podemos verificar nesta categoria de análise a coexistência das duas perspectivas pedagógicas condizentes à educação para o trabalho sob influências da ideologia liberalista. Esta dualidade de perspectivas marca a Constituição Federal brasileira no que diz respeito à educação (como já comentamos anteriormente), bem como caracteriza a Lei da Aprendizagem quando esta determina que no contrato de aprendizagem deve prevalecer o acesso à “formação técnica e profissional aliada ao desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz” (Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, Artigo 1º). Outra observação acerca à dualidade das perspectivas pedagógicas estudadas no aspecto regulamentar do projeto em análise pode ser apreendida quando percebemos que um grande fator motivador para a aplicação da Lei da Aprendizagem está na possibilidade das empresas em absorver mão de obra barata para realização de serviços básicos (prevalecendo aí uma iniciativa voltada para empregabilidade), aliada à possibilidade de receber incentivo fiscal proveniente do abatimento no Imposto de Renda anual. Em contrapartida, as determinações regulamentares da Lei da Aprendizagem foram modificadas no ano de 2012 no que diz respeito à distribuição da carga horária semanal, mantendo o aprendiz ocupado por apenas dois turnos diários, ao contrário de três turnos como era anteriormente, e assim estimular a menor evasão do projeto e o atendimento em condições humanas mais adequadas. No item 4.4 deste capítulo apresentamos mais detalhadamente a distribuição da carga horária do curso Assistente Administrativo do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz.

## **1.2 Público Alvo, Objetivos e Metas Pré-Estabelecidas**

A Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) em sua versão do ano de 2012 nos apresenta um quadro bem complexo quanto à relação entre juventude e trabalho no estado do Ceará. Segundo os dados são aproximadamente

1.665.000 jovens residentes no estado, ou seja, 19,3% da população cearense. Destes, 827 mil (49,96%) ocupam alguma atividade vinculada ao setor produtivo gerador de renda. Se considerarmos as condições de trabalho comprovamos a presença de um *status* de precariedade neste contexto de mercado, pois 41% dos jovens ocupados recebem até ½ salário mínimo por mês e apenas 21% destes ganham mais do que um salário mínimo mensal. Verifica-se também esta condição quando a pesquisa afirma que 64,2% dos jovens ocupados trabalham mais do que 40 horas semanais – uma percentual elevado considerando as diretrizes das leis trabalhistas. Pessoas mais jovens se colocam em situações adversas de trabalho por motivos geralmente ligados à necessidade de sustento, tempo livre, falta de experiência antecedente, baixa escolaridade e potencial físico para o trabalho manual.

Outros dados que demonstram a problemática de precarização das colocações de jovens no mercado de trabalho são apresentados pelo Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011, realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Segundo a pesquisa 54,2 % do total de jovens assalariados no Ceará exercem seu trabalho sem ter a carteira de trabalho assinada, em regime informal de contratação. Considerando a capacidade de inserção produtiva pelo nível de escolaridade do sujeito verifica-se a deficiência do Ceará quando a média de anos de estudo para a população jovem é de 8,6 anos, inferior à média, por exemplo, do Estado de São Paulo, que é de 10,4 anos de estudo. A negligência quanto à educação básica também se faz presente quando 54,4% da população jovem cearense apenas trabalha ou procura trabalho, sem exercer nenhuma atividade de estudo.

Tendo em vista a evidente relação entre o nível de escolaridade e oportunidades de inserção no mercado de trabalho, vemos que, segundo o mesmo estudo do DIEESE, no Brasil atualmente 62,5% dos empregos formais estão ocupados por indivíduos com, no mínimo, o Ensino Médio. Surge, então, a necessidade de programas de qualificação profissional como política de educação profissional e de fomento ao emprego e renda. Tais programas devem ter como

objetivo, além da aprendizagem de atividades inerentes às funções específicas, a elevação da escolaridade e/ou estímulo ao (re)ingresso dos indivíduos no ensino formal.

O Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz é uma ação do Governo do Estado do Ceará que busca minimizar este quadro de vulnerabilidade que marca a mão de obra jovem e sem experiência. O público alvo deste projeto é composto por jovens de 16 a 22 anos de idade, oriundos de escola pública e que estejam cursando (ou tenham concluído a menos de 2 anos) o Ensino Médio regular. Apesar de a Lei da Aprendizagem possibilitar que sejam inscritos como aprendizes pessoas de 14 a 24 anos a coordenação do projeto decide por delimitar ainda mais esta faixa de atendimento por questões estratégicas relacionadas a grande demanda de pessoas interessadas.

De acordo com o orientador da CESP, além das exigidas no Termo de Referência preceptor do convênio celebrado com as instituições terceirizadas, são metas para a execução do programa: chegar ao término do curso com no máximo 10% de evasão de alunos, estimular que as empresas parceiras (onde os aprendizes exercem o estudo prático) efetivem por meio de contratação formal um mínimo 10% do total de aprendizes beneficiados a cada ano/versão do projeto, contribuir para o avanço da escolaridade dos jovens atendidos e contribuir para que os aprendizes superem dois obstáculos para sua inserção produtiva: a falta de experiência prévia e a falta de qualificação profissional. As duas primeiras metas apresentadas são quantitativas e a coordenação estadual do projeto, bem como a Célula de Acompanhamento, revela que a ação assume exitosos resultados de não evasão e de contratação dos aprendizes. Já as duas últimas metas são qualitativas e seu acompanhamento só pode ser realizado mediante uma avaliação mais cuidadosa e metodologicamente organizada. Esta pesquisa fora recentemente realizada num estudo da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC) intitulado de Avaliação Externa e Acompanhamento de Egressos das Ações de Qualificação Social e Profissional Financiadas pela STDS, abordaremos mais adiante alguns resultados desta pesquisa.

Nesta categoria de análise a dualidade das perspectivas pedagógicas em estudo pode ser observada quando, primeiramente, verificamos a existência de argumentos democráticos de inclusão social através da educação profissional voltada para o público jovem (16 a 22 anos), oriundos da escola pública e que tenham concluído apenas o Ensino Fundamental. Os jovens nesta situação passam a ser considerados como vulneráveis às condições de precaridade e flexibilidade do mercado de trabalho (baixos salários, altas cargas horárias de trabalho, contratações em regime flexível e pouca perspectiva de evolução profissional) e detentores do direito à educação social e profissional com fins na inserção produtiva, elevação da escolaridade e amadurecimento da atividade ética e cidadã – objetivos claramente próximos a uma perspectiva pedagógica humanista e política. Ao mesmo modo, verificamos dentre os objetivos do projeto a existência de motivações econômicas na necessidade de resposta às demandas do mercado de trabalho para o cumprimento das metas. Tais diretrizes estão mais próximas à perspectiva pedagógica instrumental e funcionalista e influenciam diretamente nas operações gerenciais desta política pública quando, por exemplo, a escolha das modalidades dos cursos profissionalizantes são direcionadas exclusivamente à capacitação de pessoas para assumir vagas de trabalho em ocupações demandadas pelas empresas parceiras. Na linha desta segunda perspectiva a educação social e profissional efetivada nos cursos de formação inicial e continuada do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz está fundamentada na busca por superar os dois principais gargalos da inclusão produtiva dos jovens: a falta de experiência profissional antecedente e a falta de qualificação profissional em determinada função.

### **1.3 Procedimentos Operacionais de Execução**

Para ilustração dos métodos operacionais do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz demonstraremos as etapas de execução dentro de um cronograma regular de atividades realizadas pelas equipes técnicas responsáveis.

**a) Inscrição e seleção dos alunos**

Pessoas que obedeçam ao perfil exigido pelo programa realizam sua inscrição na sede da instituição executora que irá coordenar as ações do programa em determinada região específica. Os candidatos apresentam documentação comprobatória de sua situação estudantil e econômica, preenchem uma ficha cadastral e são informados sobre as datas em que ocorre o processo seletivo. Este último é realizado pela equipe de coordenação do programa na própria estrutura física da instituição contratada para execução das atividades letivas. A equipe de seleção é composta por dois psicólogos e dois pedagogos, estes reúnem os candidatos numa sala de aula e solicitam que escrevam uma redação de vinte e cinco linhas que retrate o seu interesse em participar do programa. A redação é anexada à ficha cadastral e arquivada para análise posterior. Os detalhes considerados para classificação do candidato estão prioritariamente em seu desempenho estudantil, comprovado pelo boletim, e sua capacidade de expressar os conteúdos subjetivos de suas ideias, comprovado pela redação escrita. Duas semanas após a data de inscrição, a equipe de seleção divulga a lista dos candidatos escolhidos para participar do programa. A instituição executora se encarrega de apresentar o resultado na localidade a qual irão acontecer as turmas.

**b) Cadastro nos sistemas integrados**

Os candidatos selecionados pela equipe de coordenação do Projeto Primeiro Passo são direcionados ao cadastro em dois sistemas informatizados que possuem funções distintas. O primeiro é o Sistema de Qualificação Profissional, este é administrado pela STDS e tem como finalidade o controle da abertura das turmas por parte da instituição executora. Logo que se completam vinte e cinco alunos cadastrados fecha-se uma turma com dias letivos, horário e professor específico. A STDS se utiliza deste mecanismo para a administração do repasse financeiro para executora, bem como prestação de contas com o FECOP segundo o número de pessoas beneficiadas pelo recurso. O segundo sistema denomina-se Juventude WEB e é de administração do MTE. Como já mencionamos o Jovem Aprendiz é regulamentado por Lei Federal e, para que haja controle do número de

alunos participantes, bem como de sua frequência nos dias letivos o Ministério exige que as executoras atualizem semanalmente os dados referentes ao funcionamento das turmas do programa. Neste segundo sistema existe campos de controle sobre a assiduidade do aluno, a modalidade do curso, o local onde ocorre, a empresa onde ocorrem as atividades de aprendiz (aquela que receberá o incentivo fiscal por parte do Governo Federal), datas de início e término e indicação do professor responsável pela condução das atividades de profissionalização.

### **c) Empresas parceiras do Projeto**

A coordenação estadual do Projeto Primeiro Passo possui equipe específica para divulgação das ações do Jovem Aprendiz dentre empresas que se encaixam no perfil da Lei 10.097. Os técnicos da coordenação anunciam as condições e vantagens para a adesão à modalidade do programa e celebram parceria institucional perante Termo de Compromisso assinado por ambas as instituições. As empresas visitadas são escolhidas segundo a correlação entre o seu setor econômico de atividades e as modalidades de curso disponíveis para determinada região. Cabe acrescentar que, de acordo com a coordenadora pedagógica do CCSM, devido o projeto ser uma ação já com alguns anos de experiência existem empresas que buscam a coordenação do projeto em busca de aprendizes em formação específica de diferentes arcos ocupacionais, ela denomina estas possibilidades de “demanda reprimida” (Wânia Azevedo).

Os alunos participantes do Jovem Aprendiz são encaminhados para empresas que necessitam da mão de obra em formação. Antes mesmo de o sujeito candidato à participação no projeto se inscrever para seleção o conjunto de empresas parceiras demandantes já está formado, esperando pelo encaminhamento dos aprendizes. É importante salientar que a regulamentação prevê que a empresa parceira designe responsável técnico pelo aprendiz, uma pessoa que oriente e acompanhe as atividades do sujeito no espaço de trabalho. Esta pessoa normalmente é indicada pelo setor de recursos humanos da empresa ou o profissional diretamente superior ao aprendiz. Ademais, o acompanhamento das atividades do aprendiz durante as horas de trabalho ocorre por outra equipe do

Projeto Primeiro Passo especificamente encarregada de monitorar o exercício laboral. Esta equipe busca monitorar a adequação do aluno ao serviço prestado, o cumprimento das determinações regulamentares de segurança e carga horária no trabalho, bem como verificar a satisfação da empresa segundo as atividades desenvolvidas pelo sujeito.

#### **d) Distribuição da carga horária**

A carga horária do Programa Primeiro Passo – Jovem Aprendiz também respeita a regulamentação do MTE. Esta sofreu adequações para o ano de 2012 e foi alvo de muitas críticas por parte dos professores e gestores das instituições executoras. Desde o ano 2000, com promulgação da Lei nº 10.097 (Lei do Aprendiz), o aluno aprendiz deve cumprir carga horária de 400 horas aulas teórica em sala de aula e 880 horas prática no espaço de trabalho da empresa parceira. No entanto a Portaria Ministerial nº 723, de 23 de abril de 2012 traz uma novidade que é a distribuição do cronograma letivo. Esta deve acontecer de forma que as 80 horas iniciais do curso são dedicadas exclusivamente à formação teórica e são realizadas de forma sequencial em (20 encontros, 5 dias por semana e 4 horas diárias por encontro). Nesta carga horária inicial acontecem os módulos temáticos mais básicos como higiene pessoal, direitos do trabalhador, ética e cidadania. As 1200 horas restantes (320 teóricas + 880 práticas) serão distribuídas de forma concomitante sendo a parte teórica com 4 horas semanais e 16 mensais (240 horas). Para cumprimento das 80 horas restantes são realizados mais 20 encontros de 4 horas ao longo dos 15 meses. Já a parte prática se efetiva com 4 horas por dia, 16 horas semanais, 64 horas mensais e 880 horas em 15 meses. As críticas ao novo modelo de organização da carga horária se referem a distancia que se estabelece entre o professor e seus alunos, já que estes se encontram apenas uma vez por semana na maior parte do curso. Argumenta-se que o aluno passa a pouco valorizar as atividades de ensino em detrimento ao trabalho realizado na empresa.

## 1.4 Procedimentos Pedagógicos de Estímulo à Formação Humana e Política

Para estabelecermos uma definição mais clara acerca aquilo que queremos pesquisar quanto ao estímulo à formação humana e política no curso de Assistente Administrativo do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz, consideraremos primeiramente o embasamento teórico desenvolvido durante o Capítulo I desta dissertação. Determinamos, portanto, que os conhecimentos inclusos nesta categoria de análise estão associados à tendência educacional humanista e política encontrada nas contribuições do autor iluminista Denis Condorcet e, principalmente, no movimento da Teoria Crítica no início do século XX. Por definição são conhecimentos que despertam o aluno para um desenvolvimento *omnilateral*, proporcionam autonomia crítica frente à realidade social e cultural em sua volta, facilitam seu posicionamento ético nas relações pessoais, permita sua expressividade enquanto sujeito digno de voz, favoreça a conscientização sobre temáticas complexas (arranjos familiares, diversidade sexual, drogas, etc.), dentre outros.

Nesta categoria de análise consideraremos três dimensões: a) conteúdo pedagógico ensinado, b) métodos de apresentação deste conteúdo em sala de aula, e c) atividades individuais ou coletivas fora da sala de aula.

Quanto ao conteúdo pedagógico ensinado, já apresentando no item anterior, podemos fazer a seguinte síntese dos módulos temáticos relacionados à tendência educacional humanista e política: direitos humanos, orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso, opinião pública; cidadania e segurança pública; educação para o consumo; cidadania e educação fiscal; saúde sexual e direitos sexuais e reprodutivos e relações de gênero; informações sobre mercado e mundo do trabalho e trabalho em equipe; saúde e segurança no trabalho; direitos trabalhistas e previdenciários; uso indevido do álcool, tabaco e outros; preservação do equilíbrio do meio ambiente; diversidade cultural relacionada ao mundo do trabalho.

Se contabilizarmos a quantidade de horas aulas que envolvem conteúdos relacionados à tendência educacional humanista e política chegaremos ao valor de 112 horas aulas, ou seja, 28% do total de 400 horas aulas reservados para as atividades teóricas do curso de Assistente Administrativo.

Observamos também que a quantidade horas reservadas para elevação da escolaridade é de 84 horas aulas, estas se efetivam a partir dos três módulos: inclusão digital; raciocínio lógico-matemático/ interpretação e análise dos dados estatísticos; comunicação oral e escrita. A demanda por incluir dentro do conteúdo pedagógico a elevação da escolaridade se faz por dois motivos: de um lado as diretrizes regulamentares exigidas pela Portaria MTE nº 723/2012, de outro lado a necessidade por revisar conteúdos do Ensino Médio para que os alunos consigam acompanhar sem prejuízo de entendimento o restante dos conteúdos programados para o curso. Tendo em vista que a elevação da escolaridade, apesar de se diferenciar de conteúdos que podemos identificar numa tendência educacional humanista e política, não se assemelha à outra tendência educacional (instrumental e funcionalista) poderíamos somar estas 84 horas com as 112 horas identificadas anteriormente no sentido de demarcar a quantidade de horas reservadas para o acúmulo de conhecimentos úteis para vida pessoal, intelectual, relacional e cidadã do aluno beneficiado. Neste caso teremos 196 horas aulas, ou seja, 49% do total de horas teóricas.

Durante nossa pesquisa acerca os procedimentos operacionais e pedagógicos do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz buscamos nos aproximar de informações que pudessem demonstrar o conteúdo ensinado e o formato metodológico utilizado pelos professores em sala de aula. Na impossibilidade de acompanhar o desenrolar de uma turma durante o curso inteiro fizemos uma verificação junto aos coordenadores pedagógicos das instituições, professores e alunos sobre os meios utilizados para facilitar o ensino dos conteúdos apresentados no item anterior. Dessa forma nossa pesquisa pode ir um pouco além da simples descrição dos módulos temáticos inclusos no curso de Assistente Administrativo.

A partir destas fontes de informação verificamos que na maioria das vezes o conteúdo de cada módulo é ensinado de forma expositiva, ou seja, o professor fala e os alunos escutam e fazem anotações. No entanto verificamos que o material didático (os livretos de cada módulo) são elaborados de forma a permitir o diálogo dentro da sala de aula. A cada novo conteúdo o livreto estimula que informações sejam pesquisadas pelos alunos, discutidas em grupo e apresentadas para a turma. Há momentos também que o livreto exige do professor um preparo anterior mais cuidadoso da aula no sentido de levar algum exemplo para o tema que será ensinado. Observamos também que pouquíssimos professores explanaram sobre a utilização de equipamentos áudio visual para a apresentação do conteúdo.

Durante nossas observações de campo percebemos algumas vezes certo desconforto por parte dos professores por conta de os livretos não trazerem o conteúdo de forma mais explícita, com mais detalhes sobre o tema a ser estudado, e exigir que o professor consiga levantar as informações pertinentes ao tema para que haja conteúdo no momento da aula. Quando perguntamos à coordenação pedagógica das instituições sobre o assunto os técnicos nos informam que esta é justamente uma estratégia pedagógica para aproximar os alunos do professor no sentido de favorecer a troca de informações, estimular o trabalho de pesquisa extra sala de aula e permitir a adequação dos conteúdos ensinados à dinâmica do debate desenvolvida em cada turma. Já quando questionamos alguns alunos sobre o assunto as respostas são divididas em apoio e resistência ao método de exposição dos conteúdos nos livretos. Alguns alunos acreditam que esta forma realmente estimula o debate em sala de aula, que eles prestam mais atenção e aprendem mais quando são confrontados com a necessidade de pesquisar, dialogar e apresentar os temas estudados nos módulos. Já outros alunos destacam que a falta de detalhes pertinentes aos temas estudados nos livretos faz que eles aprofundem menos no conhecimento por terem referências e fontes reduzidas, que quando querem estudar em casa sobre o tema precisam recorrer a fontes secundárias como a internet, que para a maioria dos alunos ainda é uma ferramenta que não possuem facilidade de acesso.

A terceira dimensão de pesquisa desta categoria de análise consiste na verificação sobre as atividades pedagógicas desenvolvidas fora da sala de aula. Diante deste questionamento alguns professores esclareceram que esta é uma prática comum nos dias letivos do projeto. Apesar de não ser uma exigência da coordenação estadual por parte da STDS e nem por parte das instituições executoras foi interessante perceber que muitos professores adotavam um trabalho em grupo como forma de avaliação após cada módulo temático concluído. Sendo assim os alunos estavam acostumados a precisar se reunir em horário fora do padrão para discutir e elaborar um trabalho em grupo a fim de demonstrar aquilo que aprenderam nas horas aulas teóricas. Esta observação é bastante evidente quando entramos nas salas de aulas onde ocorrem os cursos, pois normalmente existem diversas cartolinas coladas nas paredes da sala referentes aos trabalhos das equipes durante o último módulo estudado. Nestas atividades os alunos são estimulados a buscar em suas realidades cotidianas experiências relacionadas ao conteúdo do módulo temático estudado. Utilizando-se de instrumentos ilustrativos os alunos elaboram um painel nas cartolinas e fazem uma apresentação do material para a turma.

Outras formas de atividades extra sala de aula que nos informaram estão relacionadas a visitas de campo a órgãos públicos (Unidade do SINE, Defensoria Pública, Biblioteca Pública), instituições filantrópicas, indústrias de grande porte, além de museus, teatros e exposições diversas. As visitas necessitam que o órgão visitado autorize e são feitas com agendamento prévio. Apesar de todas as instituições executoras do projeto informarem sobre algum exemplo de visita de campo realizada com os alunos, observamos que esta não é uma prática recorrente e padronizada.

## **1.5 Procedimentos Pedagógicos de Estímulo à Empregabilidade**

Novamente vamos estabelecer uma definição mais clara acerca aquilo que queremos pesquisar quanto ao estímulo à empregabilidade no curso de Assistente Administrativo do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz considerando,

primeiramente, o embasamento teórico desenvolvido durante o Capítulo I desta dissertação. Determinamos, portanto, que os conhecimentos inclusos nesta categoria de análise estão associados à tendência educacional funcionalista e instrumental encontrada nas contribuições positivistas de Augusto Comte, bem como na lógica administrativa contemporânea de flexibilidade contratual e máxima produtividade no espaço de trabalho. Por definição são conhecimentos que posiciona o aluno de maneira a se adaptar à realidade do mercado de trabalho, imprimindo-o a necessidade de disciplinamento para com as normas de boa conduta do sujeito trabalhador, além de capacitá-lo para o exercício competente de determinada função com fins de garantir sua permanência no trabalho e a rentabilidade da empresa contratante.

Nesta categoria de análise também consideraremos as mesmas três dimensões de pesquisa: a) conteúdo pedagógico ensinado, b) métodos de apresentação deste conteúdo em sala de aula, e c) atividades individuais ou coletivas fora da sala de aula.

Quanto ao conteúdo pedagógico ensinado, já apresentando no item 4.5, podemos fazer a seguinte síntese dos módulos temáticos relacionados à tendência educacional funcionalista e instrumental: formas alternativas de trabalho e renda; organização, planejamento e controle do processo de trabalho; introdução à aprendizagem; a empresa no mundo globalizada; funções, atribuições e responsabilidades do assistente administrativo; qualidade na prestação de serviços administrativos; assistente administrativo: competências pessoais e comunicativas; as finanças na empresa.

Se contabilizarmos a quantidade de horas aulas que envolvem conteúdos relacionados à tendência educacional funcionalista e instrumental chegaremos ao valor de 204 horas aulas, ou seja, 51% do total de 400 horas aulas reservados para as atividades teóricas do curso de Assistente Administrativo.

Em relação aos métodos de ensino do conteúdo em sala de aula as atividades nestes módulos temáticos não se diferenciam dos demais apresentados no item anterior, ou seja, aulas expositivas sobre os temas apresentados nos

livretos, debates entre os alunos da turma para exemplificação do assunto e trabalhos de grupo ao final de cada módulo.

Há, no entanto, um grande diferencial quando queremos analisar a perspectiva educacional relacionada à empregabilidade no Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz, e este diferencial é exatamente as atividades que são desenvolvidas no momento fora da sala de aula, trata-se da própria condição de aprendiz dos alunos participantes do projeto. Sendo assim estes jovens devem cumprir carga horária semanal de 16 horas, no mínimo, em alguma empresa parceira do projeto exercendo atividades de trabalho condizentes com o curso que frequentam, no caso da nossa pesquisa, com o curso de Assistente Administrativo. É notável a grande prioridade de carga horária que é dada a esta experiência dos alunos nas empresas. Como já podemos verificar, num total de 1200 horas de execução do projeto, 400 horas são para as atividades teóricas de sala de aula e 800 horas são destinadas às atividades práticas nas empresas. O exercício de funções na condição de aprendizes consiste, portanto, em 66,6% do total de horas que os alunos devem cumprir para obter certificação do projeto.

Nas atividades práticas exercidas nas empresas os aprendizes do curso de Assistente Administrativo executam funções diversas relacionadas aos procedimentos burocráticos internos, atendimento (pessoal ou virtual), agendamentos, organização de arquivos, etc. Esta situação de aprendiz é por muitos funcionários da empresa confundida com a função de estagiário, o que na verdade se assemelha muito se considerarmos a posição hierárquica do aluno, mas se diferencia por detalhes de carga horária, reponsabilidades da empresa e pagamento do auxílio mensal. Enquanto o valor pago para estagiários pode variar de acordo com a empresa, o pagamento para o aluno aprendiz é invariavelmente de um salário mínimo. Devemos observar ainda que a atividade prática do aprendiz na empresa deve ser supervisionada por um profissional em específico, o qual se responsabiliza pelo ensino e acompanhamento das atividades diárias, além de ser o contato da equipe de monitoramento do projeto. Ao conversarmos com os alunos sobre esta etapa da aprendizagem a sua maioria é taxativo em afirmar que se trata do

momento em que eles realmente conseguem aprender acerca o exercício da função, além de perceberem sobre a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.

No item 4.3 verificamos que, dentre outros, é considerada como meta do Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz estimular que as empresas parceiras efetivem por meio de contratação formal um mínimo 10% do total de aprendizes beneficiados a cada ano/versão do projeto. Em qualquer conversa que no percurso da pesquisa tivemos com a coordenação do projeto por parte da STSD ou das instituições executoras percebemos que a permanência dos aprendizes na empresa após o término do curso é o principal objetivo perseguido pelas equipes de execução. Ou seja, a garantia da empregabilidade dos aprendizes é o principal meio pelo qual os resultados do projeto serão avaliados por parte do Órgão Financiador.

Por este motivo a STDS celebrou convênio no ano de 2012 com a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura para realização de uma pesquisa intitulada de *Avaliação Externa e Acompanhamento de Egressos das Ações de QSP Financiadas pela STDS*. De acordo com a publicação desta pesquisa relacionada ao Projeto Primeiro Passo – Jovem Aprendiz na versão de 2012/213 é possível dizer que, em termos absolutos, a cada cem jovens inseridos na condição de aprendiz, treze conseguiram permanecer com vínculo formal de trabalho na empresa na qual exerceram a aprendizagem, doze conseguiram inserção formal em outra empresa, e dezessete conseguiram algum tipo de ocupação através de vínculos laborais tradicionalmente mais vulneráveis, como o assalariamento sem carteira e o trabalho autônomo. Sendo assim podemos deduzir que o percentual de inserção produtiva dos alunos pesquisados após o período de aprendizagem é de 25% se considerarmos apenas os vínculos formais de emprego e de 42% se somarmos a este os tipos de vinculações informais que compõem o mundo do trabalho. Destacamos ainda que dos 58% ex-alunos que não estavam trabalhando no momento da entrevista 35% deles já haviam exercido algum tipo de trabalho após o término do curso.

## Referências

ALMEIDA, Marilis Lemos de. **Da formulação à Implementação: Análise das Políticas Governamentais de Educação Profissional no Brasil**. 2003. 243f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. **As contribuições de Werner Markert para a produção acadêmica e científica da área de trabalho e educação no Brasil**. In: Educ. Pesqui. Vol. 38 no. 3. São Paulo, 2012.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O Caracol e Sua Concha: Ensaio Sobre a Nova Morfologia do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005

ARENDT, Hannah, 1906 – 1975. **A Condição Humana**; tradução de Roberto Raposo. 10ª edição – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

BRASIL. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília : IPEA, 2010

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário**; tradução de Iraci D. Poleti. 9ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: qualificação social e profissional**. 3. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. -- São Paulo: DIEESE, 2011.

Conselho Nacional de Juventude – CONJUV. **Política Nacional de Juventude. Diretrizes e Perspectivas**. Brasília, 2006. 2ª edição.

Conselho Nacional de Juventude – CONJUV. **Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003 – 2011.** Brasília, 2011.

Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943.

Decreto Federal nº 2.208, de 17 de abril de 1997.

Decreto Federal nº 5.154, 23 de julho de 2004.

Decreto Federal nº 5.598, de 01 de dezembro de 2005.

FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA (FCPC). **Avaliação Externa e Acompanhamento de Egressos do Projeto Primeiro Passo Aprendiz.**

Fortaleza: Editora Bussola, 2013. Disponível em: <http://www.projetotrabalhoemfoco.com/>.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (Lei da Aprendizagem).

Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003 (institui Fundo Estadual de Combate a Pobreza).

Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005.

Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

MARKERT, Werner (org.). **Teorias de educação do iluminismo, conceitos de trabalho e sujeito: contribuições para uma teoria crítica da formação do homem.** Werner Markert (org.): tradução, Claudia Cavalcanti – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Guia do PLANFOR 2000**. 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ: 2003-2007**. Brasília, 2003.

MOSER, Liliane. **A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: workfare e medidas de ativação**. Revista Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 68-77, jan./jun. 2011

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, Trabalho e Subjetividade: Trajetórias de Vida no Contexto das Transformações do Capitalismo Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2006.

Parecer CNE/CEB nº 17/ 1997

Parecer CNE/CEB nº 16/ 1999

Parecer CNE/CEB nº 39/2004

PEIXOTO, Patricia Ebani, 1984. **Do PLANFOR ao PNQ : uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil**. Patricia Ebani Peixoto. – 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. **Sobre a política de assistência social no Brasil**. In: BRAVO, Maria Inês; PEREIRA, Potyara. A. P. (orgs.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez, 2001.

POCHMAM, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. Política de emprego e renda no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

Resolução nº 258, de 21 de dezembro de 2000.

Resolução nº 333, de 10 de junho de 2003.

Resolução nº1, de 3 de fevereiro de 2005

Resolução nº 575, de 02 de maio de 2008.

Resolução nº 679, de 29 de setembro de 2011.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. v.2. Brasília: CNPD, 1998, pag. 731-752.

SILVA, A. **Políticas de activação e de inclusão social no quadro da União Europeia**. In: CONGRESSO LUSO-AFROBRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, 2004, Coimbra/ Portugal. Actas..., 2004.

SILVA, P.L.B. & MELO, M.A.B. **O Processo de Implementação de políticas públicas no Brasil: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno nº 48. 2000.

SOUSA, Antônia de Abreu. **Política Pública para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. Antônia de Abreu Sousa, Claudio Ricardo Gomes e Elenilce Gomes de Oliveira – Fortaleza: Edições UFC, 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura**. Sociologias. Porto Alegre, UFRGS, IFCH, ano 8, nº 16, jul.dez. 2006, p. 20-45.

THOMPSON, Andrés (Org.). **Associando-se à Juventude para construir o futuro**. São Paulo: Petrópolis, 2006.